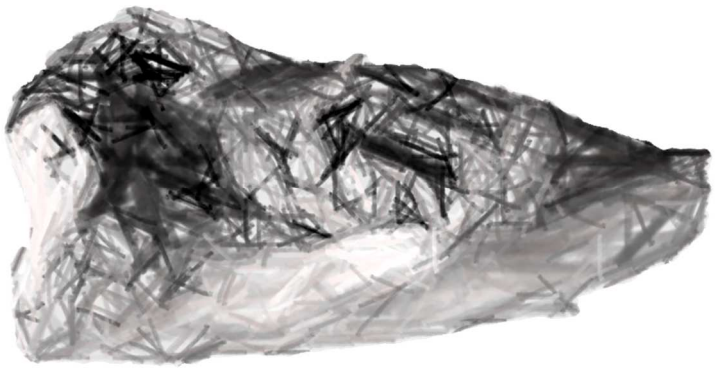
SCIENTIA ANTIQUITATIS



Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS
Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos
Local de Edição: Évora (Portugal)
Data de Edição: Dezembro de 2019
Volume: 2/ 2019
Capa: Fragmento de mandíbula da Anta da Casa da Moura (©Daniela Anselmo)
Director: Leonor Rocha
ISSN: 2184-1160
Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt
Revista digital.
Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O que nos escondem as mamoas e a problemática das datações absolutas no Norte do Alentejo

Jorge de OLIVEIRA[1]

RESUMO

Este texto pretende ser uma reflexão sintética sobre o que se conhece do Megalitismo no Norte do Alentejo, com especial enfoque nas datações absolutas já disponíveis. Na sequência desta reflexão constata-se que as respostas a muitas das questões que sobre esta matéria se colocam poderão ser encontradas sob os tumuli dos dólmenes que melhor se conservaram. Estrutura-se, então, uma linha de investigação que se poderá desenvolver a partir do estudo pormenorizado das colinas artificiais que preservaram páleo-solos e que foram maioritariamente negligenciadas desde os inícios dos estudos sobre o Megalitismo.

Palavras-Chave: Megalitismo, Norte do Alentejo, datações absolutas, projecto de investigação.

ABSTRACT

This text intends to be a synthetic reflection on what is known about Megalithism in Northern Alentejo, with a special focus to the absolute dating already available. Following this reflection, it appears that the answers to many of the questions on this subject may be found under the best preserved dolmen tumuli. A line of research can be developed from the detailed study of the artificial hills that have preserved paleo-soils and which have been largely neglected since the beginning of studies on Megalithism.

Keywords: Megalithism, Northern Alentejo, absolute dating, research project.

[1] joli@uevora.pt; ECS/ UÉ, CHAIA

ANTES DE MAIS

A opção pela temática do Megalitismo e pela região do Norte do Alentejo decorre de diferentes factores dos quais se destaca o longo investimento de investigação que há mais de 40 anos lhe dedicamos de forma consecutiva e coerente. Assim, o volume de estudos aí efectuados, a diversidade de testemunhos e sua singularidade, a sua dispersão geográfica, a variedade dos conjuntos artefactuais e as múltiplas e problemáticas datações absolutas conhecidas justificam o aprofundamento da investigação, procurando obter respostas para as novas questões que, entretanto, se foram colocando e que se prendem sobretudo com as cronologias absolutas de dólmenes e menires da região norte-alentejana e do seu relacionamento com os povoados conhecidos e já parcialmente estudados.

Pretende-se, assim, entender o desfasamento cronológico entre as matérias orgânicas encontradas na base dos sepulcros e mamoas, com as datas obtidas, sobretudo e para materiais ósseos do interior dos dólmenes. Igualmente interessa compreender a proximidade cronológica dos menires já datados com as cronologias mais antigas obtidas nas mamoas e bases dos sepulcros megalíticos e a sua relação com os povoados atribuídos ao Neolítico antigo identificados na região.

Perante a magnitude desta problemática e da já abundante informação existente para o interior dos sepulcros megalíticos, das datas agora consolidadas para os menires e face à suficiente informação sobre as estruturas e artefactos dos povoados atribuídos ao Neolítico antigo, importa melhor conhecer um universo de extrema importância e que por todos os investigadores foi menorizado. Trata-se dos mistérios que as mamoas seguramente conservam e que foram grandemente negligenciadas por praticamente todos os investigadores. As poucas abordagens que se realizaram nas mamoas destinaram-se praticamente só a definir os seus limites e a conhecer superficialmente a sua técnica construtiva. Raras foram as sondagens

que atingiram os páleo-solos protegidos há milénios pelas estruturas tumulares. Na zona em apreço (Norte Alentejano) e no que respeita às nossas investigações esse estudo foi por várias vezes inviabilizado por estranhas faltas de consentimento da entidade da tutela, por receio de perturbar a estabilidade das estruturas tumulares e por falta de apoios financeiros que nos permitissem prolongar os trabalhos para o exterior do sepulcro.

Assim, haverá que seleccionar um conjunto diversificado de monumentos que à partida apresentem potencial informação nas mamoas ou em parte delas, cujo interior do espaço funerário já tenha sido objecto de estudo e preferencialmente que possua datas absolutas para episódios ocorridos no seu interior. Importa, ainda, seleccionar diferentes tipos de monumentos, desde as câmaras simples aos dólmenes mais complexos.

Com o estudo das mamoas pretendemos validar as datas consideradas antigas já obtidas nas colinas tumulares de alguns monumentos, reconhecer a presença provável de antigos povoados escondidos sob as coberturas pétreas, testemunhados pela abundante presença de moinhos manuais e cerâmicas muito roladas, perceber a recorrência de silos preservados nesses páleo-solos como os que já identificámos nalguns monumentos e perceber se a presença de alguns dos menires incluídos nas estruturas megalíticas funerárias são preexistentes *in situ* aos dólmenes ou apenas uma economia de recursos energéticos, ou se tratarão de rituais hoje desconhecidos. Importa, ainda, avaliar e compreender a vulgar presença de tumulações secundárias, ou de épocas posteriores, como é recorrente nalguns monumentos, sobretudo no Alentejo central. Nalgumas mamoas têm ocorrido a presença de vestígios de oferendas rituais pré-históricas sem qualquer testemunho de enterramento secundário associado provavelmente a memórias de revisitações rituais posteriores. Obrigatoriamente, no âmbito de um projecto sobre esta temática, terão que ser abertas sanjas até ao substrato rochoso por

forma a avaliar a possível presença e datação de carvões que comumente ocorrem na base dos monumentos. A presença desses carvões, que alguma discussão já gerou, poderá vir a ser definitivamente compreendida com este estudo. Tratar-se-á de carvões resultantes da limpeza do mato no início da construção do monumento, portanto identificáveis em todo o perímetro protegido pela mamoa, vestígios de alguma fogueira de sacralização do espaço ou, tão só, fogueiras técnicas acesas para facilitar a abertura dos alvéolos para implantação dos esteios? Seja qual for a resposta ela é, sem sombra de dúvida, de um momento muito próximo ao início da construção do monumento e cujos carvões submetidos a datação por radiocarbono poderão ajudar a posicionar, com elevado grau de segurança, o arranque dos trabalhos de construção do monumento. Nos páleo-solos se ocorrerem a presença de carvões poderemos, igualmente, desenvolver o seu estudo antracológico e reconhecer a paisagem existente à data da construção do monumento, assim como recolher terras para estudos palinológicos que, em conjugação com o estudo dos carvões, ajudarão a melhor compreender a flora e consequentemente o clima à época.

Pelo acima exposto demonstra-se a importância do estudo das mamoas de monumentos criteriosamente seleccionados cujos resultados poderão revelar-se de extrema importância para o esclarecimento de tantas dúvidas que ainda subsistem sobre testemunhos patrimoniais que, como veremos a seguir, têm um longo historial de investigação. O estudo das mamoas poderá, igualmente, contribuir para o reforço e consolidação de esteios em fase de reposicionamento de terras e pedras resultantes destes estudos.

Antevê-se a possibilidade de, previamente, se recorrer a técnicas de detecção remota na área das mamoas que nos possibilitem orientar as sondagens a efectuar.

O TERRITÓRIO

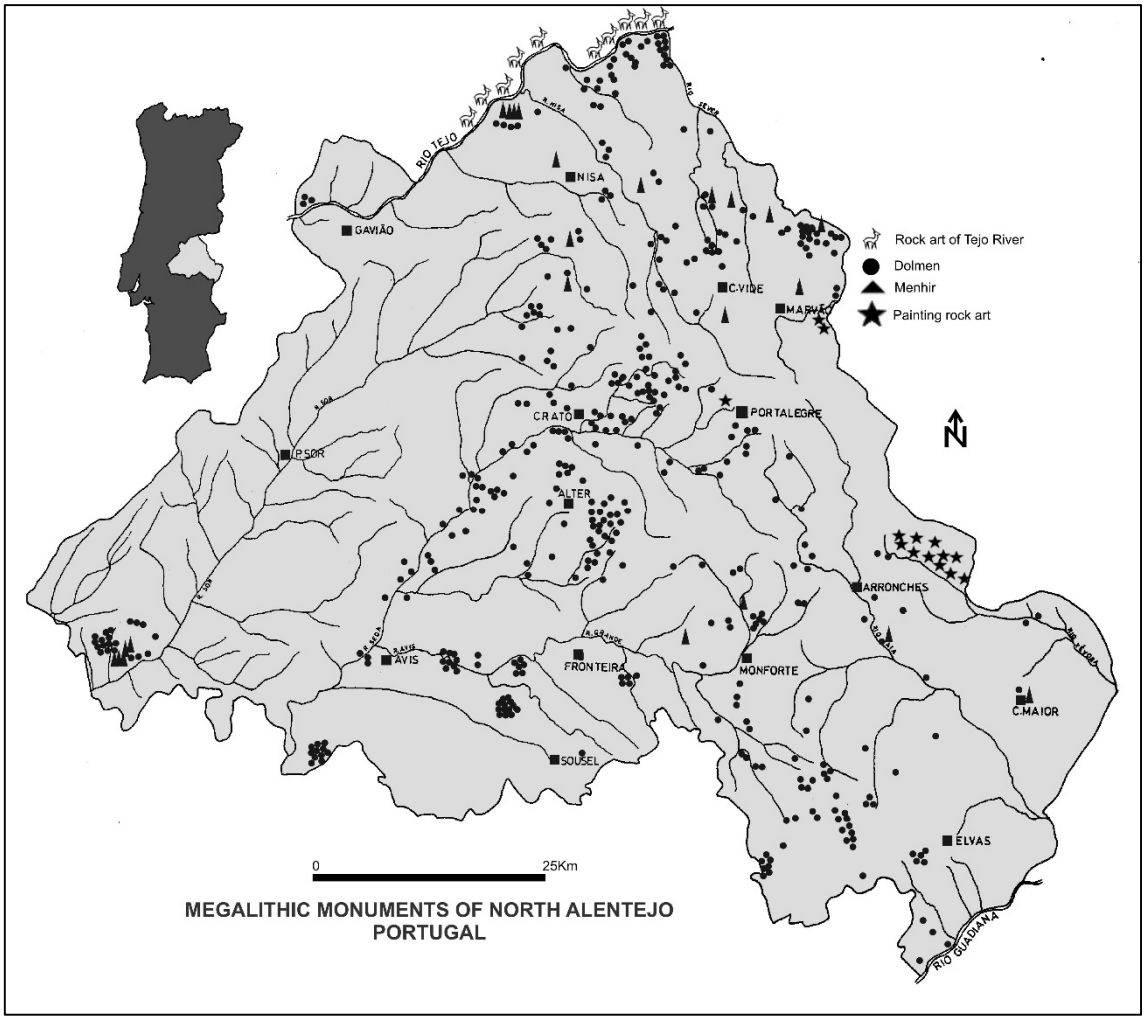


Figura 1 – Mapa dispersão do megalitismo do Distrito de Portalegre

Na Região do Alto Alentejo, delimitado a Norte pelo Rio Tejo, a Oriente pela Espanha, a Sul pelos terrenos aplanados dos concelhos de Estremoz, Arraiolos e Mora, já no distrito de Évora e a Ocidente pelas terras de areia do distrito de Santarém, conhecem-se referências para cerca de seiscentos e cinquenta sepulcros megalíticos, quinze menires e dois recintos megalíticos.

Embora em número elevado, a distribuição desta paisagem megalítica não é uniforme. Grandes concentrações contrastam claramente com vastas áreas para as quais nenhuma referência se conhece. Estas ausências não parecem resultar de falta de prospecções sistemáticas nem de destruições maciças. Outros factores, que

tentaremos descortinar, poderão, de alguma forma, explicar a ausência de monumentos megalíticos.

O norte do Alentejo é marcado do ponto de vista orográfico pela Serra de S. Mamede. Com uma cota máxima de 1025 metros, o pico de S. Mamede é o ponto mais alto a Sul do Rio Tejo. Envolve este pico uma cordilheira montanhosa que se orienta, genericamente, no sentido Noroeste – Sudeste, cuja cota média ronda os seiscentos metros de altitude. Para Norte, até ao Rio Tejo, os terrenos vão-se suavizando até se voltarem a enrugar, sobretudo nos vales cavados onde correm linhas de água tributárias do grande rio. Para Sul e Sudeste, a descida altimétrica é mais acentuada para se estabilizar na cota média dos 300 metros, que marca a peneplanície que se começa a espraiar nos concelhos de Monforte, Arronches, Campo Maior e Elvas. Para Ocidente o enrugamento orográfico prolonga-se até ao concelho de Castelo de Vide, ainda em cotas de 500 a 600 metros, para se começar a diluir pelos concelhos de Nisa, Crato e Alter do Chão, ainda em cotas de 300 metros. Mais para Ocidente e Sudoeste, já em terras da Ponte de Sor, Avis, Sousel e Fronteira, a influência da Serra de S. Mamede é praticamente nula. Os terrenos são mais aplanados, com cotas médias estabilizadas entre os 150 a 250 metros, já muito influenciados pelas formações recentes condicionadas pela bacia do médio Tejo.

É neste ambiente que teremos que compreender a continuidade e as rupturas da mancha megalítica do Distrito de Portalegre. Atendendo ao mapa geral de distribuição de monumentos megalíticos denotam-se, de imediato, duas grandes manchas onde a ausência é marcante (fig. 1). A primeira corresponde ao maciço central da Serra de S. Mamede. A segunda estende-se a Ocidente pelas terras de areia que se iniciam a Sul do Gavião e se prolongam por praticamente todo o concelho da Ponte de Sor. No primeiro caso, verifica-se que acima dos 550 metros de altitude não ocorrem testemunhos megalíticos. Trata-se de uma região suficientemente prospectada onde, para além da ausência de vestígios pré-históricos, também e até ao século XVIII,

poucos testemunhos foram registados. Corresponde à zona mais acidentada, com fortes pendentes e que devido à altitude apresenta invernos muito rigorosos. Com base nos documentos escritos, até aos inícios do século XIX, sabemos que o coberto vegetal era extremamente denso e praticamente impenetrável. Por outro lado, apresenta, maioritariamente, solos de classe D e E onde a actividade agrícola é quase impraticável. Com um coberto vegetal impenetrável, invernos rigorosos e fortes pendentes, também a pastorícia estava muito limitada. Parece, assim, explicar-se a ausência humana mais antiga nas cotas elevadas da Serra de S. Mamede.

A sub-região do Gavião – Ponte de Sor é outra grande área onde a ausência de testemunhos megalíticos é mais problemática. Embora já tenham sido desenvolvidas várias campanhas de prospecção por estas terras de areia, que pouco ou nada revelaram, torna-se difícil de entender que as comunidades neolíticas aqui não se tenham estabelecido. Poder-se-á argumentar que se trata de solos sem aptidão agrícola, o que levaria à sua não ocupação por comunidades que da terra tiravam o seu sustento. Contudo, incluem-se na mesma categoria os que bordejam, a Norte, nos concelhos de Nisa e Gavião, o Rio Tejo, mas estes encontram-se polvilhados de pequenos monumentos obtidos por esteios de xisto. Poder-se-á, então, interpretar que a ausência de pedra nos terrenos de areia do concelho de Ponte de Sor terá condicionado a construção de sepulcros megalíticos. Esta explicação não nos parece, no entanto, aceitável. Embora os solos de Nisa, Gavião e os da Ponte de Sor se encontrem classificados, do ponto de vista agrícola, na mesma categoria, notoriamente, os deste último concelho são mais leves e drenados do que os que bordejam o Tejo. Assim, perante a tecnologia agrícola das comunidades neolíticas, seria preferível a utilização destas terras às de solos quase esqueléticos da zona Norte, nas margens do Tejo. Não nos parece aceitável que estas comunidades não se tivessem estabelecido aqui, unicamente, porque as rochas duras estão ausentes. Mais difícil se torna aceitar esta

hipótese quando verificamos que, um pouco mais a Sul, ainda no concelho de Ponte de Sor, mas na freguesia de Montargil, se conheçam vários monumentos megalíticos funerários, e até vários menires, implantados numa pequena mancha de rochas granitóides. Não nos parece, deste modo aceitável, que numa tão grande mancha de solos de areia, onde os vales mais irrigados são hoje intensamente aproveitados agricolamente, não tivesse havido ocupação humana durante o Neolítico. Se, de facto, todos reconhecemos que se torna muito difícil identificar *habitats* deste período e que até agora, praticamente têm sido os monumentos funerários os indicadores de presença humana das primeiras comunidades agrícolas, haverá que promover novas prospecções nesta região, procurando uma outra variante megalítica que, atendendo ao substrato geológico, não será, seguramente, caracterizada pela utilização de grandes pedras como até agora nos habituámos a ver pelo menos noutras zonas do Alentejo. A inexistência, nesta região, de rochas à superfície terá obrigado as comunidades aqui estabelecidas a optarem por outra arquitectura funerária, provavelmente mais frágil, ou menos monumental e até agora ainda não identificada. Haverá que procurar vestígios de outra forma de tumulação, provavelmente em fossa, coberta por um *tumulus* formado por calhaus rolados, matéria-prima que abunda por toda esta região. Os investigadores que ao longo dos tempos e até recentemente se têm debruçado sobre esta área, provavelmente não despertos para esta possibilidade, assim como as profundas lavouras que nos últimos anos aqui se têm feito sentir, diluindo pequenas alterações na paisagem, terão contribuído, para que hoje, no mapeamento do megalitismo do distrito de Portalegre, as terras de areias sejam apresentadas em branco.

Continuando a analisar o mapa geral de distribuição de megálitos no distrito de Portalegre, constatamos que ocorrem, pelo menos, mais três zonas, ainda que menos evidentes, para as quais não existem notícias de sepulcros megalíticos. Trata-se de partes dos concelhos de

Alter do Chão, Avis, Campo Maior e Elvas. Contudo, em qualquer destes concelhos, se exceptuarmos o de Campo Maior, verificamos que noutras zonas dos mesmos municípios, localizam-se grandes concentrações de monumentos e alguns de grandes dimensões. Sobrepondo a carta da dispersão megalítica sobre a de solos, verificamos que as manchas onde não existe megalitismo coincidem com as terras com melhor aptidão agrícola (solos de classe A e B) e, ao mesmo tempo, onde as rochas duras estão ausentes. Parece, então, depreender-se desta verificação que os construtores de megálitos rejeitaram, claramente, os solos mais pesados e argilosos, quer pela dificuldade de movimentação que apresentariam durante os invernos mais pluviosos, quer pela sua forte compactação na época de estio. A tecnologia agrícola do Neolítico tornava-se inoperante perante esta variedade de solos. Se somarmos a esta realidade uma menor presença de rochas duras, poderemos, provavelmente, encontrar, na conjugação destas situações, a explicação para a ausência de ocupação humana durante o Neolítico e a consequente e normal inexistência de megálitos.

Resulta desta demonstração que os solos de classe A e B, assim como as cotas mais elevadas da Serra de S. Mamede, terão sido maioritariamente rejeitados pelos construtores de megálitos.

OS ANTECEDENTES - o percurso da investigação do megalitismo funerário

O conhecimento da principal expressão do Neolítico, o Megalitismo, no Norte-Alentejano passou por várias etapas. Até ao século XIX encontram-se referências a antas em diferentes documentos sem que, contudo, nelas houvesse qualquer interesse científico. As informações existentes do século XVII e XVIII referem as antas como elementos destacados na paisagem que serviram de marcos de divisão de propriedade. A título de exemplo registe-se o

documento de doação de uma propriedade à Misericórdia de Marvão, datado de 1693, no qual se referia a delimitação de duas propriedades pela Anta da Atalaia, situada na zona norte do concelho de Marvão. Quase cem anos depois, em 1780, outro documento de doação à mesma Misericórdia refere, com o mesmo fim, a Anta do Vale de Figueira. Infelizmente, estes documentos, como grande parte do Arquivo da Misericórdia de Marvão, foram destruídos nos finais da década de oitenta do século XX. Contudo, se os referidos documentos anteriores ao século XIX não atribuem qualquer relevância às antas enquanto monumentos históricos, outros há, ainda do século XVIII, que as reconhecem como elementos patrimoniais. Para além da multiplamente referida lista de antas de Mendonça e Pina, elaborada em 1733, na qual se regista a Anta de Nisa, provavelmente um monumento que, anos mais tarde, em 1877, Motta e Moura localiza no Rossio de Nisa e hoje desaparecida, conhece-se, um interessantíssimo manuscrito anónimo existente na Biblioteca Pública de Évora, intitulado Antiguidades de Alter do Chão, datável dos finais do século XVII, ou inícios do XVIII, no qual se referem nove antas nas imediações de Alter do Chão. Neste manuscrito o seu anónimo autor reporta-se às antas como "edifícios dos antigos", a par de outros vários sítios, maioritariamente romanos, existentes no mesmo concelho. Ainda no século XVIII, nas respostas prestadas pelos párocos ao inquérito mandado elaborar após o terramoto de 1755, e vulgarmente conhecidas por "Memórias Paroquiais", um dos párocos de Castelo de Vide, em 1758, regista a existência de "oito, ou nove antas" nas imediações desta vila. Refere-se a elas como "obra dos antigos" e, claramente, como testemunhos de interesse histórico.

Nos inícios da segunda metade do século XIX, em 1865, Pereira da Costa, com evidentes interesses científicos, desloca-se a Castelo de Vide onde procede ao levantamento e escavação de várias antas. Os resultados destes trabalhos vieram a ser publicados em 1868. Neste estudo, "Descripção de Alguns Dolmins ou Antas de Portugal", Pereira

da Costa regista, igualmente, outros monumentos do distrito de Portalegre, como os de Nisa, Crato e Monforte, para além de outros dólmenes existentes noutras zonas do País.

O importante estudo de Pereira da Costa marca o início de uma nova época no conhecimento dos monumentos megalíticos. Após a publicação da "Descripção" até aos inícios do século XX, múltiplas referências e por vários autores começam a aparecer referindo-se a monumentos megalíticos no norte do Alentejo. Motta e Moura (1877), Filipe Simões (1878), Possidónio da Silva (1882), Vitorino de Almada (1889), Júlio Basso (1895), Matos Silva (1896) e Leite de Vasconcelos (1896) referem a presença de antas nos concelhos de Nisa, Crato, Elvas e Ponte de Sor.

Nos inícios do século XX, sobretudo estimulados por Leite de Vasconcelos, Matos Silva, na região da Ponte de Sor e Tavares Proença Júnior, escavam diversos monumentos no distrito de Portalegre. As "excursões" que Leite de Vasconcelos promove a esta região do Alentejo, sobretudo acompanhado por Matos Silva, originam escavações em série em monumentos da Ponte de Sor, Crato e Fronteira.

Em 1924, Laranjo Coelho divulga algumas antas do concelho de Marvão, mas que já eram conhecidas de Leite de Vasconcelos desde os princípios do século, conforme se constata na correspondência trocada com António Maçãs.

Desde a informação de Laranjo Coelho até ao fim da Segunda Guerra Mundial denota-se uma estagnação nas referências a estudos ou escavações em monumentos megalíticos nesta região.

Entre 1950 e 1957, Dias de Deus e Abel Viana desenvolvem prospecções e escavações em monumentos da região de Elvas e Castelo de Vide. Em 1953, Afonso do Paço, ao elaborar a Carta Arqueológica de Marvão, inventaria 24 antas naquele concelho. Em 1954, Irisalva Moita, estuda vários sepulcros megalíticos no Alentejo dos quais se destacam os da Ponte de Sor. Será, contudo, quando em

1959 é publicado o *corpus* relativo ao Alentejo, por Georg e Vera Leisner, que se passa a ter uma visão alargada, ainda que sectorial de todo o megalitismo funerário do norte do Alentejo. No entanto, os volumes do *Die Megalithgrabe*r, tanto pela sua restrita distribuição, mas sobretudo pela língua em que se encontram escritos, tornaram-se praticamente inacessíveis aos que posteriormente continuaram a interessar-se sobre esta temática. Sinal desta inacessibilidade constata-se na Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide, publicada em 1975, na qual se inventariam os monumentos megalíticos deste concelho, sem que nela se refira esta obra de Georg e Vera Leisner. O casal Leisner inventaria 410 sepulcros megalíticos em todo o distrito de Portalegre sem, contudo, se referir, expressamente, à presença de nenhum menir. As primeiras referências a menires nesta região ocorreram pela pena de Martins Barata (1965) e Mário Saa (1967), respectivamente o da Meada e o do Carvalhal, ambos em Castelo de Vide. Contudo, para Mário Saa, o monumento do Carvalhal não seria mais do que um marco territorial dos Templários.

Após o grande inventário do casal Leisner, sobretudo os monumentos do Crato e Alter, entre 1966 e 1975, são objecto de frenéticas escavações por parte de Agostinho Farinha Isidoro que, também, inventaria alguns sepulcros no concelho de Portalegre.

Após o 25 de Abril de 1974 emergem vários grupos culturais por toda a região que promovem levantamentos patrimoniais onde os monumentos megalíticos merecem especial referência. Assim, em Marvão, Elvas, Avis, Ervedal, Portalegre, Crato e pouco tempo depois, também, em Castelo de Vide diversas campanhas de prospecções e algumas escavações em monumentos megalíticos são efectuadas, maioritariamente, por grupos de amadores.

Em 1977, Jorge Pinho Monteiro e Mário Varela Gomes escavam e publicam os menires do Vale de Sobral, no concelho de Nisa.

Nos finais da década de setenta e inícios da de oitenta os monumentos megalíticos funerários da zona norte do concelho de Nisa

são objecto de inventários sistemáticos por parte de equipas lideradas por João Caninas e Francisco Henriques e os seus resultados publicados. Também nos inícios da década de oitenta, uma equipa dirigida por Victor Gonçalves, escava a anta dos Penedos de S. Miguel e sonda a do Tapadão, situadas nas imediações da vila do Crato.

Pela mesma altura e na sequência de prospecções anteriores, dou início, de uma forma sistemática e continuada, ao estudo do megalitismo da bacia hidrográfica do Rio Sever, cujos resultados foram sendo publicados sectorialmente e que justificaram, posteriormente, uma síntese editada em 1997. De 1995 a 2004 o estudo do megalitismo desta região focou-se nas sepulturas de xisto da foz do Sever, com especial incidência no conjunto bem preservado localizado na margem direita, no Termo Municipal de Cedillo.

Em meados da década de noventa, através de um projecto do IPPAR, Rui Parreira, inventaria e procede ao diagnóstico do estado de conservação dos monumentos megalíticos do concelho do Crato e de alguns da zona sul do concelho de Nisa, cujos resultados nunca foram devidamente publicados, conhecendo-se, apenas, a versão em formato de tese de mestrado

Nos finais dos anos noventa, através de outro projecto do IPPAR, coordenado por Ana Carvalho Dias, as antas de Elvas são objecto de relocalização, inventário e limpeza e é, então, promovido o roteiro turístico das Antas de Elvas.

Em 1999, o Grupo Pontis promove a Carta Arqueológica da Ponte de Sor, através da qual são inventariadas mais de trinta antas e um "cromeleque" na área daquele concelho.

Em 2000, por convite da Região de Turismo de S. Mamede, coordeno o projecto Paisagens Megalíticas do Norte Alentejano. Através deste projecto promove-se o inventário de cerca de seiscentos e cinquenta sepulcros megalíticos, quinze menires isolados e dois "cromeleques" nos quinze concelhos abrangidos pela região de turismo. Decorrente deste projecto organizaram-se roteiros turísticos

dos principais monumentos e criou-se o Centro de Interpretação do Megalitismo do Norte Alentejano, em Castelo de Vide.

Leonor Rocha, em 2001, publica os resultados da escavação que desenvolveu na anta dos Coutos dos Algarves, em Monte da Pedra.

Em 2005, André Carneiro publica na Carta Arqueológica de Fronteira cerca de vinte sepulturas megalíticas que identificou naquele concelho.

Entre 2003 e 2006, na sequência de um protocolo estabelecido entre a Universidade de Évora e a Coudelaria de Alter, coordeno os trabalhos de estudo de três sepulcros megalíticos e dois povoados do Neolítico antigo na área agrícola daquela coudelaria, cujos resultados foram publicados em 2006.

Entre finais do século XX e até à atualidade outros trabalhos têm vindo a ser realizados no concelho de Monforte, os primeiros dirigidos por Rui Boaventura e, mais recentemente, por Leonor Rocha e Paula Morgado.

No âmbito do Projecto Arqueologia Rural do Rio Sever, patrocinado pelo Município de Marvão, Leonor Rocha tem vindo a desenvolver nos últimos anos trabalhos arqueológicos na zona de Vidais, no concelho de Marvão, especialmente conducentes à recuperação da muito vandalizada Anta da Tapada do Castelo.

Por convite do Município de Nisa, desde 2015, coordeno o projecto MEGANISA que tem como objectivo o estudo e valorização de três dólmenes (Saragonheiros) e o Menir do Patalou.

Será com base na informação disponível para esta zona do Alentejo, provavelmente a única que no Sul foi objecto de estudos sistemáticos e continuados, nos últimos vinte e cinco anos, que se organiza a presente reflexão que poderá conduzir a um novo e alargado projecto de investigação.

A ARQUITECTURA FUNERÁRIA

Se exceptuarmos os levantamentos de Georg e Vera Leisner e, quase na mesma altura, as referências de Irisalva Moita, verificamos que do Megalitismo do Alentejo Norte foi apenas estudado e divulgado aquele que pela sua monumentalidade mais se destacava. Agostinho Isidoro fez incidir os seus trabalhos de escavação sobre grandes monumentos de Alter e Crato, como a Anta Grande do Tapadão. Abel Viana e Dias de Deus, na região de Elvas, igualmente actuaram, quase exclusivamente sobre dólmenes monumentais. Assim, até há pouco tempo a visão que se tinha do megalitismo da zona norte do Alto Alentejo resumia-se às grandes antas, formadas, maioritariamente, por esteios de granito, definindo uma câmara poligonal regular e um corredor mais ou menos alongado. Contudo, nos últimos anos, outros monumentos desta região têm merecido a atenção dos arqueólogos. Reportamo-nos aos levantamentos de João Caninas e Francisco Henriques, na região de Nisa, e aos trabalhos de escavação que temos efectuado nalguns desses sepulcros e em menires dos concelhos de Marvão, Nisa e Castelo de Vide. A partir destes estudos começou a ser noticiada uma outra realidade do megalitismo funerário, até aí quase completamente esquecida. Referimo-nos às pequenas sepulturas obtidas com lajes de xisto organizadas em grandes necrópoles que coroam as principais linhas de cumeada que se elevam sobre as linhas de água directamente tributárias do Tejo.

Trata-se, maioritariamente, de estruturas dolménicas em forma de saco sem uma clara diferenciação da câmara e corredor, quer em planta, quer em alçado. Formadas, por norma, por múltiplos esteios, onde, nem sempre se destaca um de cabeceira. Eram guarnecidas por uma mamoa formada por pequenas lajes de xisto e revestida exteriormente por blocos de quartzo leitoso. Pelas pequenas dimensões dos seus esteios, de fácil transporte e montagem, pelas

características dos solos onde se implantam e pela especificidade dos artefactos fúnebres, temos vindo a defender que os construtores destes pequenos sepulcros teriam desenvolvido uma economia assente, maioritariamente, na pastorícia o que contribuiu para uma vivência pouco sedentária e portanto incapaz de congregar um número avultado de pessoas que a construção de um dólmen de grandes, ou mesmo médias dimensões, obrigava.

Procurando neste distrito outros paralelos para esta realidade encontramo-los nas imediações de Monforte, no sítio da Rabuje, em Montargil, nas quase desaparecidas antas da Herdade de Portugal (Montargil), na do Couto dos Algarves, no Crato (esta em granito), nas margens do Guadiana, a Sul de Elvas e a nascente de Sousel. Em qualquer destes locais os solos têm pouca aptidão agrícola (classes D e E) e a pastorícia ainda há pouco tempo marcava presença.

Pelo contrário, em solos maioritariamente de classe C e também nalguns de classe D, leves e bem drenados, encontram-se os monumentos de maior dimensão e que marcam, sobretudo pela sua volumetria e riqueza de espólios, a visão tradicional que se tem do Megalitismo Alentejano.

Estes sepulcros apresentam, essencialmente, câmaras poligonais, mais ou menos regulares, de sete a nove esteios, com corredores de dimensões variadas e cobertos por mamoas, construídas de diferentes formas. Nestas encontramos fortes carapaças líticas, mamoas apenas de terra, mamoas de saibro e argila e mamoas compósitas, onde uma estreita carapaça de pedra miúda que se adossa directamente aos esteios é envolvida por uma colina de terra compactada e eventualmente delimitada por blocos de pedra de maior dimensão. Ainda que mais raros, provavelmente destruídos pelas fainas agrícolas, reconhece-se a existência de átrios que antecedem o corredor. Estes átrios tanto ocorrem em monumentos de corredor curto como longo, ou mesmo nos de pequena dimensão obtidos em xisto.

Os esteios destes sepulcros foram maioritariamente implantados em alvéolos abertos na rocha de base e calçados com pequenos blocos de pedra reconhecendo-se, frequentemente, entre estes elementos de moinho, maioritariamente dormentes, fracturas intencionais.

Tem-se vindo a constatar que os monumentos de maior dimensão, por norma implantados em zonas proeminentes, são secundados por outros mais pequenos, denotando-se uma provável hierarquização funerária e que, igualmente, transparece nos conjuntos artefactuais que comportam.

Considerando o investimento em energia necessária à construção destes sepulcros só comunidades sedentárias, dependendo maioritariamente da agricultura, ainda que secundadas pela caça e pastorícia, poderiam organizar-se e disponibilizar várias dezenas de homens, quando não mais de uma centena, para cortarem, transportarem e montarem blocos de pedra, alguns pesando mais de uma dezena de toneladas.

Também encontramos nestes monumentos uma panóplia de artefactos, dos quais se destacam os objectos de adorno e os talhados em sílex, sinal claro da capacidade de produção de excedentes compatível com a elite tumulada e da capacidade de promoverem trocas a longas distâncias que a presença destes artefactos implicava. Paralelamente, e ao contrário do que ocorre nos pequenos monumentos de xisto, a presença abundante de recipientes de cerâmica e de elementos de mó, artefactos directamente relacionados com as comunidades agrícolas, parece confirmar a nossa interpretação. A presença de cinábrio, corante extremamente raro e apenas existente a centenas de quilómetros desta região que polvilha grandes manchas, ou ocorre em grandes concentrações no interior dos dólmenes de grandes dimensões, comprovam a poderosa capacidade económica destas comunidades para fazerem permutas a largas centenas de quilómetros.

Assim sendo, parece que a diversidade arquitectónica que se evidencia nos monumentos do distrito de Portalegre resulta mais da maior, ou menor capacidade para congregar a força necessária à construção dos monumentos do que da matéria-prima em que foram construídos.

Com raras excepções verifica-se que a matéria-prima utilizada na construção dos sepulcros corresponde ao substrato geológico onde se implantam. Existem, contudo, alguns casos em que os construtores destes monumentos optaram pela incorporação de esteios, ou coberturas obtidos a, por vezes, quase uma dezena de quilómetros de distância. Como exemplo desta situação registe-se a Anta dos Pombais, em Marvão, situada em solos xistosos das margens do Sever, formada por esteios extraídos localmente, mas cuja cobertura da câmara é talhada em granito.

Figura 2 – Mamoa da Anta dos Pombais

Figura 3 – Chapeu de granito da Anta dos Pombais

Figura 4 – Mamoa da Anta da Bola da Cera

Figura 5 – Mamoa da Anta da Figueira Branca

Figura 6 – Anta da Figueira Branca: escavação do silo no interior da câmara

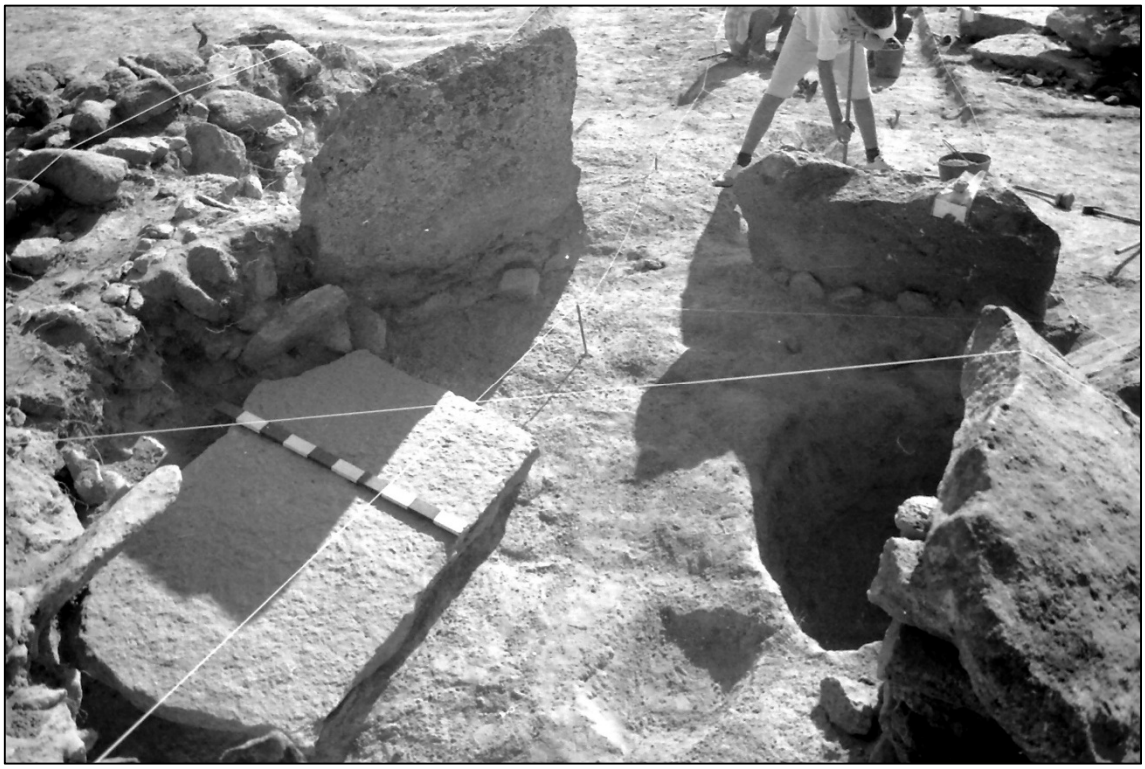


Figura 7 – Anta da Figueira Branca: silo no interior da câmara

Figura 8 – Anta da Cabeçuda: silo no interior da câmara

Figura 9 – Anta da Tapada dos Matos: silos na mamoa

Figura 10 – Anta da Figueira Branca: elemento de mó manual na mamoa

Figura 11 – Anta das Castelhanas: elemento de mó manual na mamoa

OS ARTEFACTOS

Se analisarmos os conjuntos artefactuais recolhidos nos diferentes monumentos, quer nas variantes dos localizados junto ao Tejo, quer nos que se implantam em solos graníticos, poderemos reconhecer, independentemente de distintos e possíveis posicionamentos crono-culturais, associações que parecem reforçar as nossas anteriores afirmações ou hipóteses.

A primeira conclusão que resulta de uma contagem geral dos materiais arqueológicos recolhidos em monumentos de xisto é a de que os recipientes cerâmicos estão ausentes nos sepulcros de pequenas dimensões. Em seis dos sete monumentos estudados, tanto na margem portuguesa como na espanhola, não se registaram materiais cerâmicos. A única excepção para esta ocorrência verifica-se no monumento da Charca Grande de la Regañada (Cedillo) que, também pelas suas características arquitectónicas, se afasta dos restantes sepulcros. Na verdade, foi neste monumento que se recolheram, até

agora, os únicos seis vasos muito fragmentados em todo este grupo de monumentos. Comparativamente, a média de recipientes cerâmicos em sepulcros do grupo que se implanta na zona granítica é de 36,7 vasos por monumento. Neste conjunto haverá que salientar os oitenta e cinco vasos recolhidos na anta da Bola da Cera, dólmen de corredor curto, situado no Concelho de Marvão, os cerca de quarenta recolhidos na anta de S. Gens 2, em Nisa, igualmente de corredor curto e os apenas cinco vasos identificados na anta 1 dos Coureleiros, dólmen de corredor longo situado no Concelho de Castelo de Vide.

Outro aspecto que se destaca, quando se compara o número médio de artefactos nos dois grupos, é a grande aproximação de valores para os artefactos de pedra polida. Embora em número superior nos monumentos de granito (média de 3,4 por sepulcro), não se afasta, contudo, muito do valor registado em túmulos de xisto (média de 2,6 por sepulcro). Nos monumentos da zona granítica foi a anta da Cabeçuda (Marvão) a que forneceu mais instrumentos em pedra polida, registando-se 9 peças. No grupo de sepulcros de xisto o que forneceu maior número de machados e enxós foi a pequena sepultura da Fonte da Pipa, em Nisa, com quatro peças.

Outro conjunto de artefactos que merece consideração, sobretudo pelo seu afastamento numérico entre os dois grupos de monumentos é o das pontas de seta. A média de pontas de seta por monumento da zona dos granitos ultrapassa o número de 56, enquanto nos monumentos de xisto se fica por 3,6 pontas de seta, por sepulcro.

No que diz respeito a artefactos como lâminas e geométricos, embora sempre em número superior nos monumentos de granito, proporcionalmente, não se registam grandes afastamentos ao número médio de ocorrências em monumentos de xisto.

Os objectos de adorno, tais como contas de colar e pingentes, estão presentes nos dois grupos, denotando-se, contudo, diferenças no maior número e sobretudo na melhor qualidade da pedra e acabamento nos recolhidos em sepulcros situados na zona granítica.

Outro objecto que ocorre com denotada diferença proporcional nos dois grupos são os elementos de mó, tanto dormentes, como moventes. Nos sepulcros da zona granítica chegam a registar-se mais de cem elementos de mó por sepulcro, enquanto o número médio deste tipo de objecto recolhido em túmulos de xisto não ultrapassa as duas peças (figs. 9 e 10).

Num cômputo geral verificamos, igualmente, que a média de artefactos por monumento da zona granítica ultrapassa o número de 134, enquanto a média nos sepulcros da zona xistosa baixa, significativamente para 11 peças por sepultura.

No que aos ídolos-placa diz respeito as diferenças são abismais. Até ao presente apenas duas peças idoliformes foram identificadas em monumentos de xisto. No monumento da Fonte da Pipa, em Nisa, identificaram-se duas placas obtidas em arenito, com recorte subrectangular, e sem decoração, semelhantes às recolhidas no provável átrio da Anta da Horta, na Coudelaria de Alter. Reconhecendo-se hoje que este tipo de artefactos teriam centros de produção e seriam trocados a longas distâncias, parece que as comunidades da margem do Tejo, ou estariam fora das rotas comerciais, ou não teriam excedentes em número suficiente para poderem obter estes "objectos de luxo".

Estamos, assim, no que aos conjuntos artefactuais diz respeito, perante ambientes completamente distintos, resultantes, seguramente, não de significativos afastamentos cronológicos, mas de contextos económicos e sociais diferentes.

Figura 12 – Anta da Tapada dos Matos: materiais do corredor

Figura 13 – Anta da Horta, quadrado O10

Figura 14 – Anta da Horta, ídolos placa

Figura 15 – Anta da Fonte da Pipa: ídolo placa

OS MENIRES - o percurso da investigação do megalitismo menírico

Se para o megalitismo funerário do norte do Alentejo possuímos avultada informação e desde época bastante recuada, já no que à componente menírica diz respeito, apenas a partir de meados do século XX começamos a ter notícias destes sempre enigmáticos monumentos. Foi necessário chegar a 1965 para encontrarmos a primeira referência a menires nesta região e pela pena dum investigador que até nem se assumia, propriamente, como arqueólogo.

Martins Barata, em 1965, noticia pela primeira vez o Menir da Meada, situado no concelho de Castelo de Vide e pensa reconhecer no monumento do Carvalhal um esteio de anta. Dois anos depois, Mário de Saa (Saa, 1967: 184-187) refere-se explicitamente, pela primeira vez, ao menir do Carvalhal, situado, igualmente, no concelho de Castelo de Vide. Trata-se das primeiras referências a menires nesta região da Península. Enquanto Martins Barata se limita a descrever o monumento da Meada, Mário de Saa compreende-os como monumentos pré-históricos utilizados pelos Cavaleiros da Ordem do Templo, como marcos de delimitação das suas terras. Mário de Saa, baseando-se no documento de *Doação da Azafa* que o Rei D.Sancho I fez à Ordem do Templo, publicado por Fr. Bernardo da Costa, na Historia da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, em 1771, tenta delimitar as terras da *Azafa* chegando à conclusão que a grande construção romana da Torre do Azinhal, hoje praticamente destruída, que se situa no actual concelho de Marvão, o Menir da Meada e o do Carvalhal teriam servido de demarcação das terras doadas aos Cavaleiros do Templo. No documento apresentado por Fr. Bernardo da Costa, que descreve o território da *Azafa*, *lê-se* ainda " Partitur nanque cum Agitania a Tago usque ad flumen de Ponsul, deinde ad capud Mercores. Quomodo vavid ad capud Cardosa. Partitur enim ultra Tagum per focem da Frieirosoo, quomodo intrat in Tagum, deinde ad

rostrum de Mrliça, et vavit ad Maontaret [...] (Costa, 1777:226). Se considerarmos a interpretação que Mário de Saa faz deste documento, poderemos, provavelmente, encontrar nele a mais antiga referência a uma sepultura megalítica nesta região. O atrás referido "rostrum de Mrliça" poderia ser a anta da Melriça situada no concelho de Castelo de Vide, monumento que por se destacar na paisagem poderia ser considerado como "rostrum".

É, assim, já nos finais da década de sessenta que se noticiam, pela primeira vez, menires na zona de Portalegre. Embora nesta região a referências a menires só ocorra desde 1965, em Portugal data de 1864 a primeira clara descrição deste tipo de monumentos. Deve-se a Simão Rodrigues Ferreira a identificação do Marco de Luzim, no concelho de Penafiel, o primeiro menir a ser referenciado em Portugal. Pereira da Costa, em 1868, regista um menir no Monte da Pedreira, no concelho de Fafe, descrevendo, igualmente outros no distrito de Castelo Branco. Sá Vilela, em 1876 informa de presença de vários menires junto a Castelo de Paiva. Mas será sobretudo com Estácio da Veiga, em 1886, ao publicar as notáveis *Antiguidades Monumentais do Algarve* que a palavra menir, ou menhir mais se divulga. Contudo, um longo período de quase total esquecimento sobre este tipo de monumentos vai passar. Basta-nos recordar que só em 1970, pela pena do médico José Pires Gonçalves, se noticiam os menires da região de Monsaraz, uma das zonas mais ricas em monumentos megalíticos de toda a Península Ibérica e onde se regista a maior concentração de menires, isolados, ou em grupo. Contudo, comparativamente com o conhecimento das sepulturas megalíticas os menires mantiveram-se e, de alguma forma ainda se conservam, pouco divulgados e estudados. Múltiplas razões poderão explicar a não referência e sobretudo o desinteresse por este tipo de monumento megalítico. De entre outras sobressaem as relacionadas com as práticas religiosas judaico-cristãs que proíbem qualquer culto às pedras. Já no Antigo Testamento encontramos referências a estas prescrições e estão sobejamente

documentados os actos de destruição de monumentos megalíticos, sobretudo menires durante a Idade Média, no Norte de França, por ordem de bispos e clérigos. Por outro lado, as tradicionais descrições de descoberta de lendários tesouros em sepulturas megalíticas, não se aplicariam, naturalmente aos menires, porque quem quer que o tentasse nada encontraria, ao contrário do que acontece com os dólmenes, onde sempre uma ponta de seta, ou um machado, por norma, qualquer caça tesouros encontra, levando ao desinteresse popular por aquele tipo de monumentos. Acresce a estas razões a pouca estabilidade e resistência que estes monumentos oferecem aos elementos naturais e sobretudo a abalos sísmicos, contribuindo para que, especialmente os de maiores dimensões e por isso os que mais facilmente poderiam despertar maior interesse se encontrem, por norma, tombados ou partidos e nalguns casos parcialmente soterrados. Mas a fractura ou a simples deposição da maior parte dos menires, sobretudo os de maiores dimensões, parece ter ocorrido ainda nos finais da Idade da Pedra, ou inícios da Idade dos Metais. A presença das enigmáticas covinhas na maior parte dos menires tombados, exclusivamente na face exposta, parece deixar entender que a sua gravação, terá ocorrido ainda na Pré-História. Assim sendo, poderemos considerar como provável que a perda de identidade e significado cultural dos menires terá ocorrido intencionalmente entre os finais do Neolítico e a Idade do Bronze, com especial relevância durante o Calcolítico.

Desde a nossa última síntese sobre os *Menires do Distrito de Portalegre* publicado em artigo, na revista Ibn Maruán nº 9/10 (Oliveira & Oliveira, 1999/2000), foram por nós identificados novos monumentos, em diferentes concelhos, no âmbito das nossas pesquisas.

Acrescentamos, assim, ao inventário dos menires que publicámos em 2000 mais um provável recinto, o da Laje da Prata (Nisa), cinco menires isolados, o da Fonte do Cão (Nisa), o do Caminho

da Forca (Castelo de Vide), o do Castelo Velho (Castelo de Vide), e o de Santo Ildefonso (Arronches) e os menires incorporados em antas situadas no interior da Coudelaria de Alter, a saber, dois na Anta da Soalheira, um na Anta de Vale de Carreiras 2 e outro na Anta Várzea Grande. No concelho de Portalegre fomos recentemente informados para a existência de um bloco de granito imposto verticalmente no terreno. Este monólito, situado no Monte do Milhar da Santa, com cerca de 1,75m acima do solo, poderá tratar-se de um menir, ou de uma estela antropomórfica. Só com estudos mais aprofundados poderemos esclarecer de que tipo de monumento se trata. Assim, actualmente conhecem-se no distrito de Portalegre quinze menires isolados, cinco incluídos em antas, quatro grupos de menires e dois afloramentos menníricos.

Entre os menires desta região efectuámos estudos específicos no da Água da Cuba, localizado em Marvão, em 1981, no do Carvalhal, localizado em Castelo de Vide, em 1992, no da Meada, também situado em Castelo de Vide, em 1993 e no do Patalou, no concelho de Nisa, em 2015. De entre estes menires tivemos a sorte de identificar carvões no interior dos alvéolos do grande Menir da Meada e no do Patalou, que foram submetidos a datação por radiocarbono.

Figura 16 – Menir da Meada em fase de escavação

Figura 17 – Menir da Meada: recolha de carvões

Figura 18 – Menir da Meada após restauro

Figura 19 – Menir do Patalou em fase de escavação

Figura 20 – Menir do Patalou após restauro

A PROBLEMÁTICA DAS CRONOLOGIAS ABSOLUTAS

Se monumentos enigmáticos existem, os menires serão seguramente um deles. Em torno destes testemunhos colocam-se variadíssimas questões desde a sua funcionalidade e simbologia, quer quando isolados, quer quando em grupo, ou à sua relação com o

espaço, ou com os astros. A sua reutilização funcional ou meramente decorativa tem contribuído ainda mais para levantar e aprofundar estas e outras questões. Praticamente desde as primeiras referências científicas a estes monumentos que se procedeu à sua colagem crono-cultural ao megalitismo funerário, especialmente o dolménico, estabelecendo-se uma estreita relação de continuidade funcional, mas sobretudo simbólica. Mas se logo desde os inícios dos estudos sobre megalitismo funerário se ensaiaram várias esquematizações evolutivas para as sepulturas, independentemente da existência de datas absolutas, no que aos menires diz respeito apenas se ensaiaram algumas possibilidades de posicionar culturalmente em universos separados os menires em grupo dos menires isolados. Naturalmente que várias razões se podem identificar para justificar a ausência de reflexões mais profundas sobre esta matéria, comparativamente, por exemplo, ao megalitismo funerário. Das principais convém destacar o número muito reduzido de menires em relação aos sepulcros e, por consequência, um muito menor conjunto de trabalhos realizados, ou investigadores que sobre eles se tivessem debruçado. Veja-se, a título de exemplo, como o Casal Leisner, que praticamente escrutinou todo o megalitismo funerário peninsular e que estranhamente quase ignorou a presença de menires. Por outro lado, poderemos também relacionar algum desinteresse por estes monumentos, ou por estarem maioritariamente tombados, ou por teoricamente nenhum espólio a eles estar associado. Praticamente só a partir dos finais da década de setenta do século XX é que se iniciaram trabalhos de escavação, cientificamente e directamente dirigidos a menires. Infelizmente, ou porque os alvéolos estavam muito remexidos, ou porque, na verdade, nenhuma matéria orgânica se tivesse preservado foi necessário efectuarmos a escavação e reabilitação do Menir da Meada (Castelo de Vide), em 1993, para conseguirmos obter uma datação absoluta. Tratava-se duma amostra de carvão recolhida no fundo do alvéolo, encostado ao menir, em zona perfeitamente conservada, sob os blocos

que calçavam o monumento e envolta em argila. Essa amostra submetida a datação por radio carbono forneceu a seguinte data: Utc-4452: 6022±40 BP, que calibrada a 2 sigmas resultou em 4810 a 5010 cal BC. Quando em 1996, no decurso do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo, realizado em Monsaraz, divulgámos publicamente esta data a incredibilidade e a estupefacção foi geral entre os investigadores presentes. Contudo, a partir desse momento, a contemporaneidade dos menires e das antas começou claramente a ser questionada, sobretudo em relação aos monumentos funerários mais complexos, ainda que já anteriormente e apenas por via de análises estratigráficas se reconhecesse alguma anterioridade dos menires em relação aos dólmenes. Aqui devemos destacar o singular monumento da Granja de S. Pedro, em Idanha-a-Nova. Em boa verdade os investigadores que o estudaram afirmaram peremptoriamente que os menires já aí se encontravam quando o sepulcro foi construído (Almeida e Ferreira, 1971). Outros estudos entretanto promovidos vieram reforçar o mais que provável posicionamento dos menires no Neolítico mais antigo. Toda a polémica que se gerou em torno dos Menires do Padrão a propósito da ligação cultural destes monumentos com os carvões da camada C2 que foi possível datar de meados dos 6º milénio (5480-5242 cal AC; 5580-5350 cal AC) (Gomes, 1997:176), ou os materiais atribuídos ao Neolítico antigo identificados junto aos menires da Caramujeira (Gomes, 1997: 175), ainda que muito contestados e objecto de várias revisões e interpretações, somados às informações decorrentes dos trabalhos efectuados nos recintos megalíticos de Almendres e Portela de Mogos, junto dos quais se registaram ocupações atribuíveis, igualmente, ao Neolítico antigo, vinham, gradualmente, a reforçar a percepção da grande antiguidade destes monumentos. Se a data do menir da Meada foi então considerada duvidosa por ser muito mais antiga em relação ao espectável, todas as outras entretanto obtidas, maior controvérsia ainda geraram porque apenas, de uma forma

indirecta, se podiam ligar aos menires. No decurso da recente escavação e recuperação do menir do Patalou, no concelho de Nisa, foi-nos possível recolher e datar uma amostra de madeira carbonizada obtida no interior do alvéolo que forneceu a seguinte data: Beta-416341: 5420±30BP, que calibrada resulta em Cal BC 4340 a 4235 (Cal BP 6290 a 6185). Com esta data agora obtida valida-se a que já anteriormente possuíamos para o Menir da Meada (Utc-4452: 6022±40 BP, que calibrada a 2 sigmas resultou em 4810 a 5010 cal BC), cuja amostra de carvão foi recolhida em situação e contexto idêntico. Confirma-se, assim, o posicionamento cultural dos menires no seio do Neolítico antigo e reafirma-se a anterioridade dos menires em relação, pelo menos, à fase plena do megalitismo dolménico. O curto afastamento cronológico do menir da Meada, cerca 550 anos mais antigo do que o do Patalou, poderá explicar a diferença volumétrica entre dois menires que se distanciam entre si pouco mais de 10Kms? O menir da Meada com 7,52 metros de altura e quase 18 toneladas de peso assume-se como o maior da Península Ibérica e consubstanciará, naturalmente, um momento de apogeu dos rituais subjacentes a estas manifestações. Cerca de 550 anos depois, a curtíssima distância, em contexto ambiental idêntico, ergue-se outro menir, apenas com 4 metros de altura e a rondar as 7 toneladas. Poderá esta acentuada diferença volumétrica e consequentemente implicando metade do investimento energético necessário à sua erecção, revelar já algum declínio destas práticas rituais, pouco mais de 500 depois do seu apogeu? Se neste momento pelo menos para os menires isolados já temos um posicionamento crono-cultural seguro, importa agora compreender estas datas com as obtidas para alguns monumentos megalíticos funerários, sobretudo para as amostras recolhidas em mamoas, ou na base dos sepulcros que se aproximam das datas dos menires e se afastam das datas obtidas a partir de tumulações no interior dos dólmenes.

Se as datas obtidas para depósitos funerários no interior dos dólmenes e que até agora têm servido de referência para datar o megalitismo funerário (3º a 4º milénios a.C.) se afastam substancialmente das datas confirmadas para os menires da mesma região já outro conjunto de datas, algumas obtidas para os mesmos sepulcros, mas provenientes de unidades estratigráficas distintas aproximam-se das datas obtidas para os menires e das recolhidas em ambientes de povoados conotados com o Neolítico antigo da mesma região. Paralelamente, temos vindo a registar um número crescente de menires incorporados em sepulturas megalíticas, reaproveitados integralmente ou adaptados, como o que actualmente estudámos na Anta 1 dos Saragonheiros, em Nisa (monumento em fase de estudo).

Decorrem destas observações um conjunto de questões que estão por resolver e que se prendem, em grande medida, com a sequência, ou sequências cronológicas das manifestações megalíticas desta região.

Figura 21 – Menir na câmara da Anta da Várzea Grande

Figura 22 –Anta da Soalheira e menir junto ao corredor

Parece ser hoje consensual a existência de uma grande anterioridade dos menires em relação aos sepulcros megalíticos do tipo dólmen. Se aceitarmos essa anterioridade, a presença, que começa a ser hoje já recorrente, de menires no interior de estruturas funerárias dolménicas, poderá ter, pelo menos, três explicações possíveis. A mais simplista dir-nos-ia que devido a uma economia de recursos, os construtores de dólmenes recorreriam àquelas pedras já talhadas e aproveitavam-nas para a construção dos sepulcros. Uma segunda hipótese dir-nos-á que a inclusão dos menires se ficaria a dever a algum ritual que obrigaria os construtores de antas a remover os menires e a incluí-los na sua estrutura. Uma terceira hipótese dir-nos-ia que os dólmenes foram construídos no mesmo local onde se situava já anteriormente o menir, incluindo-o na sua estrutura e mantendo uma sacralização do espaço. Provavelmente todas as hipóteses poderão coexistir, contudo, e independentemente da existência, ou não, de menires na estrutura construtiva dos dólmenes, estão disponíveis, há já alguns anos, um conjunto de datas, consideradas

demasiado antigas, recolhidas em dólmenes do Norte-Alentejano e "Extremadura" Espanhola, que se aproximam da data do Menir da Meada e do Patalou e, ao mesmo tempo, das datas, em geral, já disponíveis para *habitats* do Neolítico antigo, remetendo-nos, em anos de calendário, para o V e por vezes inícios do VI milénio BC. De facto, já muitas explicações foram aventadas para minimizar o impacto que estas datas antigas teriam nas interpretações tradicionais para a origem do megalitismo, que o remete sempre para momentos de um Neolítico médio e, maioritariamente, final. Na verdade, a maior parte das datas disponíveis para os dólmenes situa-se entre o IV e o III milénios, em anos de calendário mas, igualmente, essas datas foram obtidas, maioritariamente, a partir de material ósseo. Contudo, é hoje totalmente aceite que estes sepulcros tiveram uma vida útil e funcional muito longa e com evidentes sinais de reutilizações, reabilitações e desenvolvimentos. Haverá que questionar, coisa que raramente foi feita, se as datações obtidas a partir de restos ósseos não datarão, maioritariamente, momentos finais de utilização e não do momento fundacional. Todos reconhecemos quão raro é encontrarem-se restos ósseos, passíveis de serem datados, localizados em terrenos xistosos, ou graníticos, terrenos que pela sua acidez destroem completamente a matéria orgânica. Provavelmente teremos vindo, sucessivamente, a datar ossos de momentos finais de utilização destes sepulcros. Recorde-se que as datas mais antigas e consideradas anormais resultam, invariavelmente, de carvões que, sistematicamente foram recolhidos na base dos monumentos ou, sob as respectivas mamoas, quando bem conservadas. Essas datações, porque iam contra as teorias aceites, foram sempre rejeitadas, considerando-se que se reportariam a episódios pré-megalíticos e, portanto, muito anteriores à construção dos sepulcros.

A inexistência de trabalhos em *habitats* do Neolítico mais antigo na mesma área onde se localizam os dólmenes com datas, igualmente muito antigas, e a só recente disponibilização de datações absolutas

para os contextos do Neolítico antigo, terão contribuído para que não se tivessem esboçado propostas interpretativas de ligação directa entre dólmenes, menires e *habitats* das primeiras comunidades agro-pastoris.

Os trabalhos que desenvolvemos na área da Coudelaria de Alter parecem facilitar-nos essa possível relação, ainda que, e por agora, sustentados num conjunto restrito de elementos. Vejamos os paralelos possíveis de estabelecer entre os materiais recolhidos na Anta da Horta, situada a quinhentos metros do *Habitat* da Porta do Tempo, na Coudelaria de Alter. No interior da câmara funerária, onde ocorreram diversos episódios de revisitação, identificaram-se nove fragmentos de cerâmica com decorações incisas, impressas e aplicações plásticas, cujos motivos decorativos encontram paralelo directo nas cerâmicas do *Locus* da Toca da Raposa e Locus II, do *Habitat* da Porta do Tempo, ambos do Neolítico antigo, também situados na Coudelaria de Alter. Se os paralelos ocorressem nas cerâmicas do *Habitat* do Reguengo (Coudelaria de Alter), que se situa a cinquenta metros desta anta, sempre se poderia colocar a hipótese de ter havido contaminações por arraste. Contudo, a distância, ainda significativa, entre os dois locais inviabiliza essa possibilidade. Evidentes e expressivas são as semelhanças das cerâmicas da Anta da Horta com as cerâmicas da Toca da Raposa (Coudelaria de Alter) conotada como Neolítico antigo, entre tantos outros exemplos. Iguais semelhanças encontram-se num machado de corpo picotado e de secção subcircular, recolhido na Anta da Horta e no machado, com características idênticas, recolhido na Toca da Raposa. Mas os exemplos mais significativos foram identificados no Locus II da Porta do Tempo (Coudelaria de Alter), também ele do Neolítico antigo. Neste pequeno abrigo, no nível de base, onde ocorrem, especificamente, cerâmicas decoradas, restos de talhe e indústria lamelar, recolheu-se um pendente em rocha verde. Nas cotas mais superficiais deste abrigo, em terras de arraste, identificou-se um fragmento do que parece ser um ídolo-placa, de

arenito, em fase de acabamento. Pelos exemplos apontados parecem existir demasiadas semelhanças entre os materiais da câmara da Anta da Horta e os materiais, claramente do Neolítico Antigo, do *Habitat* da Porta do Tempo, para não podermos estabelecer estreitas relações entre os habitantes do *Habitat* e os construtores, ou os primeiros tumulados deste dólmen. Se para esta anta temos evidentes relações, através dos conjuntos artefactuais, com evidências atribuíveis a momentos muito recuados do Neolítico, na Anta da Soalheira, na da Várzea Grande e na nº2 de Vale de Carreiras, situadas na Coudelaria de Alter, estão presentes, nas respectivas estruturas tumulares, menires fálicos, que nos reportam igualmente para momentos recuados do Neolítico. Perante estas realidades, teremos que colocar a questão: em que momento foram construídos os sepulcros megalíticos da Coudelaria de Alter e por semelhantes razões os outros, em situações idênticas, existentes pelo menos desta zona do Alentejo? Seguramente que em momento posterior à fase da erecção de menires. Mas se encontramos materiais, maioritariamente cerâmicos, atribuídos ao Neolítico antigo no interior dos dólmenes, onde posicionar a fase dos menires? A fase "menírica" não poderá ser muito recuada em relação à emergência dos dólmenes porque as datas obtidas a partir de carvões, recolhidos na base de antas e sob as suas mamoas, como Castelhanas, Cabeçuda e Figueira Branca, em Marvão e mesmo a da Joaninha, em Cedillo, posicionam-se dentro das balizas cronométricas já disponíveis para os *habitats* do Neolítico antigo, o mesmo acontecendo com data do Menir da Meada e do Patalou. Suportados nestes dados teremos que aceitar que a "moda" de erecção de menires foi relativamente curta, sendo rapidamente absorvidos nos sepulcros megalíticos. A fase de erecção de menires deverá ter sido muito efémera, ou então, a explicação para as datas muito antigas nas antas e a presença de cerâmicas do Neolítico Antigo no seu interior terá que ter outra explicação. A tese das trasladações defendida por Leonor Rocha (Rocha, 2005), seguramente que é globalmente aceitável, num

sentido lato, contudo não responde ao problema das datas antigas obtidas sob as mamoas. Anteriormente e com base em evidências claras demonstrámos que alguns dos dólmenes estudados no nordeste alentejano foram construídos sobre *habitats* anteriores, onde ocorriam lareiras e silos (Oliveira, 1997 e 1998). Contudo, noutros casos tal situação não foi detectada, encontrando-se os sítios de *habitat*, todos do Neolítico antigo, bem definidos, nas imediações dos dólmenes.

O maior problema coloca-se quanto ao posicionamento relativo para a emergência dos menires. Se, de facto, eles já existiam ao tempo da construção dos primeiros dólmenes então, durante o Neolítico Antigo teremos que encontrar, pelo menos, duas fases. Uma mais antiga, durante a qual se ergueram menires e, posteriormente, uma fase de construção de sepulcros megalíticos que incorpora menires na sua estrutura funerária. A alternativa a esta interpretação poderá ser equacionada se se vier a definir, um dia, com precisão, o que se entende por Neolítico Médio. Para reequacionar toda esta problemática há necessidade de alargar as áreas de escavação das mamoas e dos *habitats* e, sobretudo, procurar encontrar matéria datável para nos ajudar a esclarecer, com precisão, a periodização do Neolítico no interior alentejano.

Pelas datas de radiocarbono disponíveis para a bacia hidrográfica do Sever, embora apenas existam duas para sepulcros da zona xistosa, verificamos que estas caem dentro dos valores cronológicos médios dos monumentos de granito. Duas amostras de carvão recolhidas na anta da Joaniña, situada no Termo Municipal de Cedillo, forneceram, respectivamente, as seguintes idades: amostra A – 3840±170 anos BP; amostra B – 5400±210 anos BP. A primeira amostra refere-se a carvões identificados sobre o lajeado da base do monumento, associados a um machado de anfibolite e a uma ponta de seta de base triangular e a uma lâmina de sílex. A segunda amostra refere-se a carvões localizados entre o lajeado da base do monumento e o solão xistoso, em terras argilosas muito compactadas, sem materiais

arqueológicos associados. Se a amostra B parece corresponder a carvões ou anteriores, ou da fase inicial da construção do monumento, a segunda encontra-se perfeitamente situada nos contextos megalíticos regionais, bastante próxima da data disponível para enterramentos na Anta da Bola Cera (monumento de granito de corredor curto), situada no concelho de Marvão. Esta amostra, obtida a partir de ossos humanos queimados aos quais se associava uma placa de xisto de recorte antropomórfico, forneceu a seguinte idade: 4360 $\pm$ 50 anos BP. Igualmente, a amostra 1 da Anta da Cabeçuda, monumento de corredor curto, localizado no concelho de Marvão, correspondente a carvões recolhidos na base da câmara, associados a taças abertas que forneceu a seguinte idade: 3650±110 anos BP. Um outro monumento, este de corredor longo, a anta IV dos Coureleiros, situada no concelho de Castelo de Vide, forneceu uma amostra de carvões recolhidos no corredor, associados a uma placa de xisto de recorte geométrico, que veio a dar a seguinte idade: 4240±150 anos BP. Reconhece-se, assim, um perfeito enquadramento da amostra A da anta da Joaniña nos mesmos contextos cronológicos dos monumentos megalíticos de granito do Norte-Alentejano. No que à amostra B da anta da Joaniña diz respeito também ela é igualmente enquadrável no grupo das chamadas datas antigas do megalitismo da zona granítica. Neste grupo conhecem-se os seguintes valores: Amostra 2 da Anta das Castelhanas: 6300±110 anos BP; Amostra 2 da Anta da Cabeçuda: 7660±60 anos BP e Anta da Figueira Branca: 6210±50 anos BP.

Parece, assim, não restarem dúvidas e com base em apenas duas datas da anta da Joaniña, que os pequenos monumentos megalíticos da foz do Sever são contemporâneos dos monumentos de maiores dimensões situados no patamar granítico da Serra de S. Mamede.

Em face dos dados disponíveis parece não haver dúvidas quanto à contemporaneidade dos dois grupos de monumentos. As dissemelhanças na volumetria arquitectónica e nos conjuntos artefactuais resultariam, assim, de diferentes organizações sócio-

económicas impostas pela especificidade de recursos existentes em cada zona. No que à origem dos menires diz respeito ela parece conviver com um período imediatamente anterior à emergência das primeiras sepulturas megalíticas e eventualmente haver ainda alguma convivência cultural entre as duas realidades mas durante um curto espaço de tempo, vindo a "cultura menírica" a perder importância à medida que o megalitismo funerário se afirmava na paisagem, incorporando directa ou indirectamente menires ou porções deles nas suas estruturas.

PERSPECTIVAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

No decurso desta breve exposição evidenciaram-se múltiplas dúvidas, e questões por resolver. Embora se trate de uma das poucas regiões onde, desde há muito, se têm desenvolvido e de uma forma sistemática, trabalhos de prospecção e escavação importa dar continuidade aos trabalhos anteriormente empreendidos tentando responder a muitas das questões que ainda se colocam. Paralelamente importa perspectivar novas linhas de investigação emergentes dos trabalhos até agora realizados e que passamos a enunciar:

a)

Estabelecer, de uma forma clara, uma periodização para o megalitismo desta região. Para esse fim torna-se fundamental obter um maior número de datações em diferentes monumentos e em diferentes locais, especialmente na base das mamoas e nos enterramentos primários, tendo por objectivo validar as datas muito recuadas até agora obtidas. Proceder a sondagens nos alvéolos dos menires, especialmente naqueles que se incorporam nas estruturas funerárias, tentando compreender se se trata de pré-existências ou foram para ali movidos.

b)

Promover a abertura de sanjas em mamoas com potência estratigráfica perceptível até à sua base, por forma a avaliar o processo construtivo da mamoa, mas sobretudo identificar, claramente, que elementos pétreos ou cerâmicos ocorrem. Recordemos que em praticamente todas as mamoas, onde até agora interviemos, ocorreu grande número de elementos de mó, intensionalmente partidos e fragmentos de cerâmica, muito rolados.

c)

Tentar identificar na base das mamoas materiais orgânicos que nos ajudem a esclarecer as datas muito antigas até agora obtidas em circunstâncias idênticas.

d)

Procurar na base das mamoas a presença de silos abertos no substrato rochoso como nos ocorreu em diversas monumentos por nós já estudados, como seja a Anta da Figueira Branca (Marvão), Anta da Cabeçuda (Marvão), Anta da Tapada de Matos (Castelo de Vide) ou na Anta 2 da Mitra e Hortinha 1, em Évora. A presença desses silos a par da presença de abundantes elementos de mó, cerâmicas roladas e carvões dispersos ou contidos em estruturas poderão indiciar, naturalmente, a sobreposição da estrutura tumular a um povoado pré-existente.

e)

Se o que se procura nas mamoas, descrito anteriormente, ocorrer poderemos encontrar resposta para múltiplas questões. Se se observarem testemunhos de povoados sob as mamoas poderemos justificar o diferencial cronológico entre os ossos datados recolhidos no interior dos sepulcros e os carvões obtidos na base dos monumentos, confirmado a longa vida útil destes sepulcros, ou dos espaços que ocupam.

f)

Conforme for a dispersão da presença de carvões na base das mamoas assim poderemos confirmar, ou não a existência de lareiras mais ou menos estruturadas, logo a existência de povoados anteriores ou, simplesmente, queimadas para limpeza do espaço pré-construção do monumento.

g)

O estudo da presença de carvões na base das mamoas, para além de possibilitar, com grande probabilidade, a datação do início da construção do monumento, facultar-nos-á a possibilidade, através do estudo antracológico, associado à recolha de pólenes do coberto vegetal existente na época e inclusive a altura do ano em que o monumento começou a ser construído.

h)

Promover rastreios por detecção remota das mamoas dos principais monumentos, sobretudo para aqueles que já possuímos datações, torna-se de fundamental importância para nos ajudar a seleccionar as mamoas a intervir. Se alargarmos um pouco mais essas detecções às zonas imediatamente envolventes das mamoas poderemos vir a ter interessantes surpresas como a que ocorreu a escassos metros para poente da mamoa da Anta da Charca da Regañada onde se registou uma estrutura soterrada de forma subcircular obtida por lajeado, aparentemente relacionada com o sepulcro. Situação aparentemente semelhante ocorre no monumento que actualmente estudamos (Anta 1 dos Saragonheiros - Nisa) onde nos principais pontos cardeais, a afastamentos equidistantes da câmara funerária ocorrem grandes lajões de granito com dimensões idênticas à estrutura da Charca Grande da Regañada, cuja explicação funcional por agora desconhecemos.

Estes novos meios de detecção poderão vir a registar quer nas mamoas, quer nas zonas adjacentes sepulturas secundárias contemporâneas ou não da utilização funerária da câmara e corredor

do monumento, ajudando-nos, provavelmente, a compreender onde se encontram tumulados aqueles que, aparentemente, não tinham direito a ser tumulados no interior dos dólmenes.

i)

O estudo cuidado das mamoas poderá, igualmente, ajudar-nos a compreender que tipo de terras, sobretudo argilas, foram utilizados para preenchimento os espaços inter-esteios. Hoje, é possível, laboratorialmente, identificar as diferentes componentes de terras existentes e inclusive reconhecer os locais de recolha, sobretudo das argilas que comumente consolidam a base dos esteios, formando como que uma argamassa substancialmente resistente que nalguns casos dispensou a presença de calços líticos, ou mamoas pétreas.

j)

Por último, mas não menos importante, justifica-se identificar na área das mamoas depósitos votivos, compostos por vasos e eventualmente outros artefactos como o que identificámos na Anta das Castelhanas, onde num pequeno recanto da mamoa pétrea estavam depositados dois vasos e um machado idênticos aos que encontrámos no interior do espaço funerário. Tratava-se, aparentemente, da memória de uma revisitação ao espaço tumular ancestral por parte de algum membro da comunidade. Idênticos vestígios de revisitação com ritualizações monumentais encontrámo-las junto à entrada do corredor da Anta da Horta na Coudelaria de Alter.

EM CONCLUSÃO

Embora já muito se tenha estudado e escrito sobre o megalitismo em geral e, em particular, sobre o do Norte do Alentejo, há que reconhecer que múltiplas questões estão por responder. Por via desta reflexão que poderá configurar uma nova linha de investigação propomos que, primeiramente, se rastreie, por detecção remota, a área tumular e zonas envolventes de alguns monumentos singulares,

sobretudo aqueles para os quais já possuímos informação cronométrica que poderão revelar algumas surpresas e que nos ajudarão a melhor compreender aspectos desta vasta problemática. Haverá, igualmente que promover revisitações arqueológicas a alguns monumentos específicos, abrindo sanjas em mamoas e tentando desvendar o que elas encerram, especialmente nos solos que se mantiveram protegidos há milhares de anos pelas couraças pétreas ou argilosas destes monumentos. Identificar, recolher, estudar e datar eventuais carvões que com frequência ocorrem na base das mamoas torna-se fundamental para validar as cronologias já disponíveis. Procurar diversificar este tipo de estudos a monumentos com características distintas, quer nos grandes e pequenos monumentos de granito, quer nas câmaras simples de xisto obtendo, eventualmente, resultados diferenciados que nos permitirão resolver dúvidas pendentes há longos anos.

Entendemos, assim, que todo um mundo de preciosa informação se encontra guardada nas mamoas que envolvem os espaços tumulares megalíticos e que desde sempre foram parcialmente negligenciadas, especialmente no norte do Alentejo e que urge estudar permitindo, eventualmente, dar respostas às muitas questões que se mantêm em aberto.

BIBLIOGRAFIA

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA SOBRE O MEGALITISMO NO NORTE DO ALENTEJO

BREUIL, Henri (1917) - La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près de Arronches (Portalegre). *Terra Portuguesa*, 13-14, Fev. – Mar., Lisboa.

BREUIL, Henri (1917) - La Station Paléolithique ancienne d'Arronches (Portalegre). *O Arqueólogo Português*, nº24, 1920, Lisboa.

CORREIA, Vergílio (1916) - Pinturas rupestres da Srª. da Esperança (Arronches). *Terra Portuguesa*, nº5, Junho, Lisboa.

BARATA, J.Pedro Martins (1965) - O Menir da Meada. *Ethnos*, 4, Lisboa.

BASSO, Júlio (1911) - Antas nos concelhos do Crato, Nisa e Castelo de Vide. *O Archeólogo Português*, vol I, Lisboa.

BAPTISTA, A.M. *et alii* (1974) - O Complexo da arte rupestre do Tejo - processos de levantamento. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto.

BATISTA, J. e LEITÃO, M (1980) - Um Monumento Dolménico nas Naves (Montalvão-Nisa). *Estudos de Castelo Branco,* nº5, Nova Série, Castelo Branco.

BOAVENTURA, R. (2000) - A geologia das antas de Rabuje, Monforte, Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, 3 (2), p. 15-23.

BOAVENTURA, R. (2006) - Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa: IPA, 9 (2), p. 61-73.

BUENO, Primitiva (1988) - Los Dolmenes de Valencia de Alcantara. *Excavaciones Arqueologicas en España* nº155. Ministerio de Cultura, Madrid.

BUENO, Primitiva (1986) - Megalitos en Extremadura, in *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular.* España- Portugal, 1984.

BUENO, Primitiva (1987) - Megalitismo en Extremadura: Estado de la Cuestión. *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Ministerio de Cultura, Madrid.

BUENO, Primitiva (1988) - Los Dolmenes de Valencia de Alcantara. *Excavaciones Arqueologicas en España* nº155. Ministerio de Cultura, Madrid.

BUENO, Primitiva (1989) - Camaras Simples en Extremadura. *XIX Congreso Nacional de Arqueologia*. 1987, Castellón de la Plana.

CANINAS**,** J.C. Pires; HENRIQUES**,** F.J. (1985) - Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa. *Actas das 1as. Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano.* Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.

CANINAS**,** J.C. Pires; HENRIQUES**,** F.J. (1987) - Megalitismo de Vila Velha de Ródão e Nisa. *Arqueologia no Vale do Tejo*. I.P.P.C., Lisboa.

CARBALLO, Gonzalo Muñoz (1983) - MenirMenires de Valencia de Alcantara. *Boletin de la Asociacion Española de Amigos de la Arqueologia*, nº17, Junio, Madrid.

CARNEIRO, André (2005) - *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*. Ed. Colibri / Câmara Municipal de Fronteira, Lisboa.

CARTAILHAC, E. (1886) - *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Reinwald Librairie, Paris.

COELHO, Possidónio M. Laranjo (1924) - *Terras de Odiana - Subsídios para a sua História documentada - Medobriga. Ammaia. Aramenha. Marvão*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra (2ª. Edição editada em 1988 pelas Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão).

CORREIA, Virgílio (1913) - As antas. *Ilustração Portugueza*, nº15, 2ª Série, Lisboa.

CORREIA, Virgílio (1914) - Crónica. Excursões arqueológicas ao Alentejo. *O Archeólogo Português*, nº19, Lisboa.

CORREIA, Virgílio (1917) - Pinturas Rupestres da Srª. da Esperança (Arronches). *Terra Portuguesa*, nº5, Lisboa.

CORREIA, Virgílio (1917) - Antas do Alentejo. *Terra Portuguesa*, nº17-20, Lisboa.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) - *Monumentos Prehistóricos Descripção de Alguns Dolmins ou Antas de Portugal...*, Typographia da Acamemia Real das Sciencias, Lisboa.

DIAS, Ana Carvalho; OLIVEIRA**,** Jorge Manuel, (1981) - *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão.* Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.

FEIO, Mariano; ALMEIDA, Graça (1980) - *A Serra de S. Mamede Estudo de Geomorfologia*. Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, Vol.XV, Lisboa.

FERNANDES, A. Peinador; PERDIGÃO, J. Correia (1973) - *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 28-D - Castelo de Vide*. Serviços Geológicos, Lisboa.

GOMES, Mário V. (1990) - A rocha 491 do Fratel e os períodos estilizado-dinâmico da Arte do Vale do Tejo *in Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*. Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa.

GOMES, Mário V; CARDOSO, J.L. (1989) - A mais antiga representação de *Equus* do Vale do Tejo, *in Colóquio Internacional de Arte Pré-Histórica. Almansor*, nº7, C.M. de Montemor-o-Novo.

GONÇALVES, Francisco (1971) - Subsídios para o conhecimento geológico do Nordeste Alentejano. *Memória nº18*, Nova Série, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

GONÇALVES, Francisco (1986) - *Aspectos Geológicos da Serra de S. Mamede*. Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede, Portalegre.

GONÇALVES, Vitor *et alii* (1981); Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), Campanha 1- (81). *Clio*, vol. 3, INIC, Lisboa.

HENRIQUES**,** F.J.R; CANINAS**,** J.C.P. (1980) - *Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*. N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES**,** F.J.R; CANINAS**,** J.C.P. (1986) - *Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*. N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, F.J.R., CANINAS, J.C., CHAMBINO, Mário (1993) - *Carta Arqueológica do Tejo Internacional*. Volume 3, A.E.A.T., V.V.de Ródão.

ISIDORO, A. Farinha (1966) - Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1966) - Contribuição para o Estudo da Arqueologia do Concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *IV Colóquio Portuense de Arqueologia, 1965*, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1967) - Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* Nº20, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1969) - Antas do Concelho de Portalegre. *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, nº21, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1970) - Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) III. *Anais da Faculdade de Ciências*, nº 54, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1971) - Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) IV. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, nº 22, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1973) - Esboço Arqueológico do Concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos Elementos (IV). *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, nº 20, Porto

ISIDORO, A. Farinha (1973) - Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, nº17, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1975) - Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – VI. *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, nº29, Porto.

LEISNER, George e Vera (1956) - *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (1)*, Walther de Gruyter, Berlin.

LEISNER, George e Vera (1959) - *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (2).* Walther de Gruyter, Berlin.

LEISNER, George e Vera (1965) - *Die Megalithgraber Iberiscishen Halbinsel. Der Westen (3),* Walter de Gruyter, Berlin.

MOITA, Irisalva (1954) - Subside pour l'etude de la culture dolménique de Alentejo. *Congresos Internacionales de Ciencias Prehistoricas e Protohistoricas*, nº4, Madrid.

MOITA, Irisalva (1956) - Subsídios para o estudo do eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, nº3, Lisboa.

MONTEIRO, J. Pinho; GOMES, Mário Varela (1977) - Os Menires da Charneca do Vale do Sobral – Nisa. *Revista de Guimarães*, LXXXVII, Guimarães.

OLIVEIRA, Jorge de (1984) - *Introdução ao Estudo das Sepulturas Megalíticas da Margem Esquerda do Sever.* Universidade de Évora, Évora – (Trabalho de síntese destinado às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentado na Universidade de Évora) (trabalho policopiado).

OLIVEIRA; Jorge de (1986) - A Anta da Bola da Cera. *Informação Arqueológica*, n.º 6, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1987) - O Menir da Água da Cuba. *Actas das Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano.* Portalegre - Castelo de Vide.

OLIVEIRA, Jorge de (1989) - A Anta do Porto Aivado. *Informação Arqueológica*, Nº7, Dep. de Arqueologia do IPPC, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1989) - A Anta III dos Coureleiros. *Informação Arqueológica*, Nº7, Dep. de Arqueologia do IPPAR, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1990) - A Necrópole Megalítica de Montalvão - A Anta da Nave do Padre-Santo. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1990) - Aspectos do Megalitismo no Nordeste Alentejano. *1º Encontro Regional de História.* Universidade de Évora, Évora. (trabalho policopiado).

OLIVEIRA, Jorge de (1992) - A Anta dos Pombais – Beirã – Marvão. *Ibn Maruán*, nº2, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (1992) - Dois Documentos sobre a *Guerra de los Naranjos. Calipole.* nº1, Vila Viçosa.

OLIVEIRA, Jorge de (1993) - Conservação de Monumentos Megalíticos - Aspectos de uma Problemática. *Correio da Natureza.* nº17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1993) - Territórios e Variabilidade Megalítica no Nordeste Alentejano. *Actas do 1º Encontro - Transformação e Mudança*, UNIARQ, Cascais-Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1993) - Reutilizações e Reaproveitamentos de Materiais em Sepulturas Megalíticas do Nordeste Alentejano. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. I, Porto.

OLIVEIRA, Jorge (1993) - O Rio Sever e as Fronteiras no 3º Milénio a. C. *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*, C. M. de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco.

OLIVEIRA, Jorge de (1994) - A Anta da Nave do Padre-santo. *Informação Arqueológica.* nº 9, Dep. de Arqueologia do IPPAR, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1994) - Intervenções em Monumentos Megalíticos no Nordeste Alentejano. *Actas do Encuentro sobre Patrimonio Tansfronterizo*. Junta de Extremadura / IPPAAR, Badajoz. (no prelo)

OLIVEIRA, Jorge de (1995) - *Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo - Província de Cáceres.* Edición del Ayuntamiento de Cedillo, Cáceres.

OLIVEIRA, Jorge de (1995) - *A Recuperação do Menir da Meada - Castelo de Vide*. Ed. Câmara Municipal de C. de Vide. (ed. desenvolvida de artº. da Ibn Maruán).

OLIVEIRA, Jorge de (1995) - As Antas das Castelhanas e do Ribeiro do Lobo. *Para o Munícipe*. n.º 7, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge (1996) - Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever. *Actas do 2º Congreso de Aqueologia Peninsular*, Zamora.

OLIVEIRA, Jorge (1996) - As pequenas antas de Montalvão e Cedillo. *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo de Monsaraz*, C.M. de Reguengos de Monsaraz e UNIARQ, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1997) - *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever.* 1º Vol. **-** edição bi-lingue, patrocinada pelas Câmaras de Marvão, C. de Vide, Nisa, V. de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo e pela Delegação Regional do Ministério da Cultura, Ed. Colibri, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1997) - Intervenções Arqueológicas no Concelho de Nisa. *Cooperação sem Fronteiras.* Ed. Adismonta, C.M. de Nisa, Ayuntamiento de Plasenzuela, Gavião.

OLIVEIRA, Jorge de (1997) - Vidais, Pedro Pena e outros mais.... *Para o Munícipe*. 9, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (1998) - El Megalitismo de la Cuenca del Rio Sever. *Valência de Alcântara – Feria y Fiestas de San Bartolomé 1998.* Comisión de Cultura del Ilmo. Ayuntamiento de Valencia de Alcántara.

OLIVEIRA, Jorge de (1998) - Antas e Menires do Concelho de Marvão. *Ibn Maruán.* 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (1998) - A Anta de la Joaniña e a da Era de los Guardias no ambiente megalítico da foz do Sever. *Ibn Maruán.* 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (1999) - A Morte em Marvão no 3º milénio a.C. *Boletim do Município de Marvão*. 2ª Série, n.º 3, C.M. de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge (1999) - Economia e Sociedade dos Construtores de Megálitos da Bacia do Sever. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. III, ADECAP, Porto.

OLIVEIRA, Jorge (1999) - Inventario, Investigacion y puesta en Valor de los Dólmenes: Termino Municipal de Cedillo. *Extremadura Restaurada*. Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura, Mérida.

OLIVEIRA, Jorge (1999) - Património Arqueológico Regional. *Marvão: Obra Única do Homem e da Natureza (documento de pré-candidatura de Marvão a Património da Humanidade)*, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (1999) - Os Ídolos-Placa do Museu Municipal de Marvão. *Boletim do Município de Marvão*, n.º 4, 2ª Série, C.M. de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - A Anta II de S. Gens – Nisa, *Ibn Maruán.* n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide. *Ibn Maruán*, n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão. - OLIVEIRA, Jorge de (2000); *Paisagens Megalíticas no Norte Alentejano*, desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Avis e Ponte de Sôr*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Nisa, Gavião e Cedillo*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Marvão e Castelo de Vide*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Sousel, Fronteira e Monforte***.** Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos do Crato e Alter do Chão.* Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Portalegre e Arronches*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - O Megalitismo de Xisto da Bacia do Sever Montalvão – Cedillo. *Muitas antas pouca gente? Trabalhos de Arqueologia* 16. IPA, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - Continuidade e Rupturas do Megalitismo do Distrito de Portalegre. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. III, ADECAP, Porto.

OLIVEIRA, Jorge de (2002) - Para a História da Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. *Boletim do Município*, n.º 8, 2ª Série, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2002) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Campo Maior e Elvas*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2003) - A arte rupestre no contexto megalítico Norte-Alentejano. *Sinais de Pedra*. Fundação Eugénio de Almeida, (ed. electrónica).

OLIVEIRA, Jorge de (2004) - O Megalitismo do Distrito de Portalegre 100 anos depois do inventário de Francisco Tavares de Proença Júnior. *Arqueologia: Colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior.* IPM, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (2006) - *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter*. Ed. Colibri / Universidade de Évora, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (2007) - Coudelaria de Alter – 3 anos de trabalhos arqueológicos. *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. Lisboa: Ed. Colibri.

OLIVEIRA, Jorge de (2007) - The Tombs of the Neolithic Artist-Shepherds of the Tagus Valley. *Actas da I Reunión de Estudios sobre la prehistoria reciente en el Tajo internacional. BAR*.

OLIVEIRA, Jorge de; BAIRINHAS, António; BALESTEROS, Carmen (1996) - Inventário dos Vestígios Arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede. *Ibn Maruán*. 6, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmen; SARANTOPOULOS, Panagiotis (1994) - Antas-Capelas e Capelas junto a antas em Portugal. *A Cidade de Évora.* nº1 (Nova Série) Câmara Municipal de Évora.

OLIVEIRA, Jorge de; BORGES, Sofia (1998) - Arte Rupestre na Serra de S.Mamede. *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana (1998) - O Complexo Arqueológico de Vidais na correspondência trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcellos. *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana C. (1980) - Arqueologia em Marvão. *História & Crítica*, n.º 6, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de; Dias, Ana C. (1981) - *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*. Edição da Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana C. (1982) - O Menir da Água da Cuba - notas de escavação. *A Cidade,* n.º 5, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana C. (1985) - A Anta dos Pombais. *Informação Arqueológica*, n.º 5, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge; MURTA, José (1994) - A Anta II de S. Gens (Nisa) - notas de escavação. *Actas das Segundas Jornadas de História do Distrito de Portalegre*. Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge; OLIVEIRA, Clara (1999) - Continuidade e Rupturas do Megalitismo no Distrito de Portalegre. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol III, ADECAP, Porto.

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2000) - *Menires do Distrito de Portalegre, Extremadura Arqueológica*. Número Especial de Homenagem a Elias Diegués, Cáceres.

OLIVEIRA, Jorge de; Moitas, E. ; OLIVEIRA, Clara (2007) - Monumentos Megalíticos do Concelho de Arronches. *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. Lisboa: Ed. Colibri.

OLIVEIRA, Jorge de; PARREIRA, João; PEREIRA, Sérgio (2007) - *Nova Carta Arqueológica de Marvão. Ibn Maruán*. Ed. C.M.de Marvão/ Ed. Colibri.

OLIVEIRA, Jorge de; RAINHO, A. (1994) - *Castelo de Vide - Menir da Meada***,** (brochura de informação turística), C.M. de Castelo de Vide.

OLIVEIRA, Jorge de; RAINHO, A. (1994) - *Castelo de Vide - Necrópole Megalítica dos Coureleiros***,** (brochura de informação turística), C.M. de Castelo de Vide.

OLIVEIRA, Jorge de; RIBEIRO, Margarida; PINTO, Mário (2007) - Património Arqueológico em Nisa - Revisão do PDM. *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. Colibri.

PAÇO, M. Afonso do (1950) - Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. *13º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa.

PAÇO, M. Afonso do (1953) - Populações Pré e Proto-Históricas do Concelho de Marvão. *XVI^e Congrés Internacional de Geographie*, Lisboa.

PERDIGÃO, J.Correia; FERNANDES, A. Peinador (1976) - *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 29-C Marvão*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

PINTO, Serpa Pinto (1932) - O abrigo pré-histórico de Valdejunco (Esperança). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Nº5, Porto.

PONTIS, Grupo (1999) - *Carta Arqueológica da Ponte de Sôr*. C.M. da P. de Sôr.

PROENÇA, F. Tavares de (1910) - Antas do districto de Portalegre, *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguezas*. Anno I, Nº1, Typographia Leiriense, Leiria.

ROCHA, L. (2002) – A anta do Couto dos Algarves 2 (Crato). O Arqueólogo Português. 20. Série IV. Lisboa: MNA, p. 39-60.

ROCHA, L. (2011) - Contributo para o conhecimento do Património Arqueológico do Concelho de Sousel. Arqueologia do norte alentejano. Comunicações das 3ª Jornadas. CARNEIRO, A; ROCHA, L; MORGADO, P; OLIVEIRA, J (eds). Lisboa: Câmara Municipal de Sousel/ Edições Colibri, p. 351 – 360.

ROCHA, L. (2018c) - Estratégias de povoamento no Complexo dos Vidais (Marvão, Portugal): os espaços habitacionais Neolíticos. *Scientia Antiquitatis.* [S.l.], v. 2, n. 2, p. 5-22.

ROCHA, L; MORGADO, P. (2015) – A anta do Monte Velho (Monforte, Portugal). *Arqueologia de Transição o Mundo Funerário.* BRANCO, G; ROCHA, L; DUARTE, C; OLIVEIRA, J; BUENO RAMÍREZ, P. (Ed.) Évora: CHAIA, p. 71-77.

ROCHA, L; MORGADO, P. (2018) - O "Menir" dos Sete (Monforte): Dados Arqueológicos. Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 47-52.

ROCHA, L; MORGADO, P. (2019) – Reuse of ancient megalithics monuments during Metal Ages: the dolmen of Serrinha (Monforte, Portugal). *ARPI. Arqueología y Prehistoria del Interior Penínsular*. 8. UAH: Alcalá de Henares, p. 25-30.

ROCHA, L; OLIVEIRA, J; DIAS, C; MIRÃO, J; DIAS, L; MANHITA, L. (2018) - About the Presence of Exotic Materials in Some Funerary Megalithic Monuments in Alentejo (Portugal): The Cases of Cinnabar and Amber*. BAR International Series 2891*. Edited by Ana Cruz & Juan F. Gibaja. Oxford: BAR Publishing, p. 83-90.

RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1975) - *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide.* Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa.

RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1986 a) - *Código para a Análise das Placas de Xisto Gravadas do Alto Alentejo. Nova estratégia para o tratamento de dados em Arqueologia*. Vol I, Câmara Municipal de Castelo de Vide.

RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1986 b) - *Estudo Ideológico-Simbólico das Placas de Xisto Gravadas. Alto Alentejo*, Vol II, Câmara Municipal de Castelo de Vide.

SAA, Mário de (1967) - *As Grandes Vias da Lusitânia - o Itinerário de Antonino Pio,* Vol. VI, Lisboa.

SERRÃO, E. da C. *et alii* (1972) - O complexo da arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Ródão - Nisa). Notícia Preliminar. *Arqueologia e História*, 9ª Série, Vol. IV, Lisboa.

SERRÃO, E. da C. *et alii* (1973) - Notícia de novas descobertas no complexo de arte rupestre do Vale do Tejo. *Actas das IIªs Jornadas Arqueológicas*, vol. I, Lisboa.

SOARES, A.M. e CABRAL, J.M.P. (1984) - Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica. *O Arqueólogo Português,* vol.II, série IV, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1886) - Aquisições do Museu Municipal de Elvas. *O Archeólogo Português.* Vol. II, nº1, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1927 -1929) - Antiguidades do Alentejo, *O Archeólogo Português.* vol. XXVIII, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1897) - *Religiões da Lusitânia.* Imprensa Nacional, (3 volumes), Lisboa (nova edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda e 1988).

VASCONCELLOS, J. Leite de (1914) - Crónica – Excursão Alentejana. *O Archeólogo Português*, vol. XIX, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1918) - Coisas Velhas. *Arqueólogo Português*, nº23, Lisboa

VIANA, A. (1950) - Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* 12, Porto.

VIANA, A.; DEUS, A. Dias (1953) - Exploración de Algunos Dólmenes de la Región de Elvas, Portugal. *Congresso Luso-espanhol para o Progresso das ciências, 13º,* Lisboa.

VIANA, A; DEUS, A. Dias (1956) - *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas.* Beja

VIANA, A; DEUS, A. Dias (1955-57) - Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XV, Porto.

VIANA, A; DEUS, A. Dias (1957) - Mais Alguns Dólmenes da Região de Elvas (Portugal). *IV Congresso Arqueológico Nacional*, Zaragoza.